

IMPACTOS SOCIAIS E PSÍQUICOS DA CORRUPÇÃO

Tainá Regina de Paula¹

Mariucha Roberta Marasca²

Bárbara Cristina de Sousa Tavares³

Thalya Regina Severino de Souza⁴

Rogério Pereira Alves⁵

Elisângela Maura Catarino⁶

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo apresentar os possíveis impactos sociais e psíquicos que a corrupção pode ocasionar na vida dos indivíduos. Detemos como proposta, o levantamento de conceitos da sociologia e psicologia, a fim de explicitar o que tais impactos possam resultar. De acordo com a investigação bibliográfica desenvolvida, é possível demonstrar que a falta de participação política é um dos fatores que abre espaços a corrupção, e esta por sua vez, tem por consequência a expectativa frustrada em relação as figuras de poder.

Palavras-chave: Corrupção. Expectativa. Frustração.

INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil, nota-se crescente números de escândalos envolvendo o fenômeno da corrupção política, causando impactos à população, impactos estes que afligem de forma significativa no que se refere aos aspectos individuais e coletivos da sociedade.

É notório como a corrupção nos remete à consequências negativas, contribuindo para condutas desonestas, em uma formação social fraca que aceita e permite que a mesma faça parte das diferentes esferas (saúde, educação, transporte).

1 Acadêmica do curso de Psicologia pela UNIFIMES- Centro Universitário de Mineiros; e-mail: tainadpaula@hotmail.com

2 Acadêmica do curso de Psicologia pela UNIFIMES- Centro Universitário de Mineiros; e-mail: mari_marasca@hotmail.com

3 Acadêmica do curso de Psicologia pela UNIFIMES- Centro Universitário de Mineiros; e-mail: barbaratavares96@gmail.com

4 Acadêmica do curso de Psicologia pela UNIFIMES- Centro Universitário de Mineiros; e-mail: thallya_regina@hotmail.com

5 Acadêmico do curso de Psicologia pela UNIFIMES- Centro Universitário de Mineiros; e-mail: rogeriotopeventos@hotmail.com

6 Professora Doutora Adjunta na UNIFIMES, na disciplina de Leitura e Produção de Textos. Email: maura@unifimes.edu.br

De acordo com Bobbio (1998), a corrupção está interligada na forma em que um funcionário público aplica suas atividades incorporadas a benefícios particulares, onde suas ações ilegais afligem a sociedade no geral, beneficiando apenas a si mesmo. Logo, nota-se o quanto as necessidades dos indivíduos afetam os seus comportamentos, visto que, a corrupção no setor público passa a ser algo habitual para a perpetuação em uma posição de poder.

Frente ao que foi exposto, considera-se de suma importância esclarecer à população os impactos que a falta de conhecimento acerca do assunto pode ocasionar, problemas de diferentes natureza, levando em alguns casos o indivíduo a passar por situações traumáticas que os levam a problemas psicológicos, como por exemplo a frustração.

Tendo em vista a relevância de desvelar tais questões, a metodologia terá como natureza uma revisão bibliográfica, a fim de levantar reflexões, trazendo o pensamento da psicologia para o debate, tendo como ponto de partida a leitura de artigos científicos e livros.

DESENVOLVIMENTO

A polêmica que envolve a corrupção está presente de forma explícita em nossa sociedade, nota-se constantemente, que ela beneficia nas desigualdades sociais. Apesar deste ato não estar somente na política, é o local que mais afeta o cidadão, pois em acordo com Novaes (2016) “[...] A corrupção custa vidas, especialmente quando alguém morre por falta de medicação ou atendimento porque um político corrupto desviou o dinheiro de um hospital público”, ações como estas, faz com o indivíduo sinta-se frustrado. Este fenômeno ocorre, pois, as atividades ilegais realizadas têm influência direta naqueles que já são menos favorecidos economicamente, visto que, corruptos prezam por interesse pessoais, facilitando ocorrer em meio a burguesia, diminuindo as chances dos mais pobres entrarem no meio de serviços públicos.

Estes comportamentos corruptivos, por vezes ocorrem de forma impulsiva e frequente, podendo prejudicar a população de modo geral, causando desconforto à sociedade e desconfiança as figuras de autoridade, que por vezes tem como dever nos representar, colocando a população em uma condição de oprimido.

Segundo Novaes (2016, p. 10), o ambiente em que o indivíduo está instalado, como cidade ou estado em que há o controle da corrupção, tem uma representação diferente, pois neste contexto, as pessoas sentem-se mais acolhida e representada por

aqueles que elegeram. Em contrapartida, a compreensão sobre o que vem a ser a corrupção pode ser obtida por percepções diferentes, isto é, o que para uns é corrupção, para outros não, uma vez que, “a corrupção é um construto social”, ou seja, por social entende-se que há varias compreensões e significados, irá depender da cultura em que o sujeito está inserido.

Assim, a representação social da corrupção no Brasil, segundo Braga e Tuzzo (2017, p.492):

[...] passa a ser algo arraigado no mundo social, a tal ponto que, para os interlocutores, apesar de terem plena consciência dos atos corruptos que praticam, a justificativa está em não ficarem desvantagem, pois se muitos praticam atos corruptos e se beneficiam dos frutos desta atitude, para conseguir algum tipo de benefício social qualquer pessoa pode ser corrupta e tirar proveito de situações que não a deixem em desvantagem.

Embora a corrupção seja algo que muitos desprezam, em sua maioria, é por estes mesmos praticada, pois, qualquer ato ilícito que prejudica o outro, já é um ato corrupto. Entretanto não há o reconhecimento deste quando a população não é afetada diretamente.

Neste sentido, em compensação, a falta de compreensão e participação política dos cidadãos, acaba por comprometer seus entendimentos frente ao exercício da cidadania, pois, conforme demonstra o art. 205 da Constituição Federal de 1998, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Logo, o desenvolvimento da cidadania se dá à partir do momento em que se tenha educação, pois o sujeito educado torna-se qualificado para exercer seu papel.

Assim, devido a educação ser direitos de todos e dever do Estado, onde o mesmo tem que se manter laico, formar indivíduos para que exerça sua participação política e forme seu próprio pensamento crítico, é papel da escola, tornando de suma relevância assumir esta responsabilidade, pois educar pessoas para o exercício da cidadania é tão importante quanto qualquer outra forma de educar.

Nota-se em nossa sociedade, que muitos ainda não conhecem seus próprios direitos como cidadãos, vivendo alienados frente ideologias impostas pelo outro, justamente pelo fato de não conhecer, fazendo com que não possua uma opinião crítica que esteja de acordo com a realidade. Posto isto, Martins (2008) afirma que, só diminuirá a corrupção quando a sociedade ter participação política, pois a melhor maneira de amenizá-la se dá diante deste envolvimento. Esta afirmação é válida, na medida em que conhecendo seus direitos o sujeito se tornará crítico, consciente de seu

papel e exigirá as medidas cabíveis, sem que seja meramente influenciado. Pois, estas influências que por vezes ocorrem de forma negativa, podem causar impactos na sociedade como um todo, gerando sentimento de frustração e impotência no que se refere as suas ações.

As ações políticas corruptivas, têm causado descrença por parte das pessoas em relação as nossas figuras de poder, mesmo sabendo que é algo comum e inevitável, pois, espera-se dos nossos representantes a transparência e segurança. Tal descrença, justifica-se pelo fato de criarmos expectativas, pois segundo Serretti (2010, p.536)

[...] Com o convívio social tem a oportunidade de captar expectativas alheias e determinar sua conduta, para a obtenção dos resultados desejados, a partir das expectativas de conduta alheias, criando expectativas sobre expectativas. Agindo assim, o homem potencializa o risco de ver sua expectativa frustrada, e a contingência simples, agora se transforma em dupla contingência, com a possibilidade de frustração de expectativas tanto próprias, quanto expectativas sobre expectativas de conduta alheias (inconfiabilidade).

Visto que, cria-se expectativas a fim de pré determinar uma conduta, seja própria ou de outrem, sendo que a cada expectativa é gerada uma outra, prezando cada vez mais a melhoria. A expectativa em relação aos representantes ligados a uma figura de poder, é criada a partir da conduta de que eles favoreceram a sociedade em seu todo, com políticas de benefícios a toda população e, a partir do momento em que não correspondam as expectativas gerais, nos tornamos seres frustrados, deixando de confiar em quem nos representa.

Diante a este fato, a Opinion Box, em parceria com a Expertise (2015), criou uma pesquisa com 1.477 internautas acima de 16 anos de 408 cidades de todos os estados e classes sociais, para saber como a população visualiza este cenário de crise. Assim, a pesquisa teve como resultado que: 72% acreditam que o país piorou nos últimos 10 anos, 63% não acreditam que o país vai melhorar nos próximos 10 anos e apenas 29% acham que o Brasil é um bom lugar para se viver.

Com relação aos dados apresentados pela pesquisa, observa-se que este reforça a falta de expectativa dos cidadãos referente as figuras de poder, uma vez que os seus anseios não são correspondidos, os levam a vivenciar a frustração. Pois, de acordo com Serretti (2010), há uma ligação direta entre expectativa frustrada e a falta de confiança em que a mesma produz.

Sendo assim, vemos o crescimento desse sentimento de impotência diante este mal da sociedade, declarando a maior causa de mau humor da população. Logo, a indiferença obtém espaço atingindo a todos a níveis elevados de cinismo,

desenvolvendo-se a ideia de que, uma vez que somos todos iguais, temos o mesmo direitos, fazendo com que as pessoas tenham os sentimentos de frustração e impotência frente a este contexto. Aos poucos essas mudanças, vão transformando-se em descrenças, revelando indignidade social devido a este cenário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da corrupção, está vigente de forma intensa em nossa sociedade, englobando aspectos que possam acarretar tanto prejuízos sociais, quanto psíquicos à população. Logo, a insatisfação manifestada pelos indivíduos, podem suscitar sentimentos de indignação frente a impotência e a inconfiabilidade gerada pela expectativa frustrada.

Assim, a representação social, a cultura, e todos os fatores que fazem com que o indivíduo entre em um estado de frustração consigo e com o outro, se torna um processo contínuo, pois a corrupção está presente e inserida desde pequenas atitudes até em contextos de maiores impactos a população.

Referências

BRAGA, C. F.; TUZZO, S. A. As representações sociais da corrupção para universitários brasileiros. Atas CIAIQ2017. Investigação Qualitativa em Ciências Sociais. V. 3. 2017. Disponível em: <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1422/1379>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp. Acesso em: 17 março, 2018.

BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11 ed. Brasília: UNB, 1998.

MARTINS, J. A. **Corrupção**. 1ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

NOVAES, C. S. Corrupção no Brasil: uma visão da psicologia analítica. **Junguiana**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 5-17, dez. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jung/v34n2/v34n2a02.pdf>

SCHERMANN, D. **Opinion Box Pesquisa: o brasileiro e as crises**. 2015. Disponível em: <https://blog.opinionbox.com/opinion-box-pesquisa-o-brasileiro-e-as-crises/>. Acesso em 28 de mar. 2018.

SERRETTI, A. P. Crise do pacto social: Contribuição do funcionalismo penal sistêmico às funções estatais. **De Jure: Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n.15, Julho, 2010. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/35770>. Acesso em: 20 de março, 2018.